Desafios Jurídicos Contemporâneos: Sustentabilidade, Tecnologia e Direitos Fundamentais em Perspectiva Interdisciplinar

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Tonny Santos

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

A sociedade contemporânea enfrenta transformações ambientais, tecnológicas e sociais que desafiam o Direito. Este trabalho analisa, de forma crítica e interdisciplinar, os desafios jurídicos ligados à sustentabilidade, tecnologia e direitos fundamentais. O Direito Ambiental, apesar de previsto na Constituição, ainda é pouco efetivo diante de interesses econômicos e da omissão estatal. A tecnologia, por sua vez, impõe debates sobre privacidade, inteligência artificial e proteção de dados, exigindo governança compatível com os direitos fundamentais. Já os direitos fundamentais, embora garantidos pela Constituição de 1988, ainda enfrentam barreiras estruturais. Esses temas se interligam: a tecnologia pode ampliar direitos e proteger o meio ambiente, mas também gerar desigualdade. Assim, propõe-se refletir sobre o papel do Direito na construção de um desenvolvimento justo, sustentável e democrático, por meio de uma abordagem crítica e atualizada.

Objetivo

Analisar os desafios jurídicos contemporâneos relacionados à sustentabilidade, tecnologia e direitos fundamentais, investigando suas interações, entraves normativos e propondo diretrizes constitucionais que contribuam para um ordenamento jurídico mais justo, sustentável e democrático.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base em doutrinas jurídicas, artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, bem como documentos institucionais. A metodologia adotada é qualitativa e descritiva, com abordagem interdisciplinar, buscando compreender os desafios jurídicos contemporâneos nos campos da sustentabilidade, da tecnologia e dos direitos fundamentais. Foram utilizados métodos dedutivo e analítico para interpretação normativa e crítica dos dados coletados. A seleção dos materiais priorizou autores renomados, publicações atualizadas e fontes confiáveis, respeitando os critérios científicos de validade e relevância para o tema proposto.

Resultados e Discussão

A análise revelou que, embora o Brasil possua um arcabouço legal significativo para a sustentabilidade, ainda enfrenta desafios na efetivação das políticas ambientais devido à falta de fiscalização e coordenação entre os

entes federativos. No campo das tecnologias digitais, a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) avançou, mas persiste a dificuldade na fiscalização e na proteção efetiva dos dados pessoais, além de riscos relacionados à discriminação algorítmica. Quanto aos direitos fundamentais, observou-se a dificuldade de sua concretização diante de desigualdades sociais persistentes e da judicialização excessiva de políticas públicas. Por fim, constatou-se que os desafios da sustentabilidade, tecnologia e direitos fundamentais estão interconectados, exigindo uma abordagem interdisciplinar para a construção de um ordenamento jurídico mais justo, sustentável e adaptativo.

Conclusão

O trabalho abordou os desafios jurídicos relacionados à sustentabilidade, tecnologia e direitos fundamentais no Brasil. Constatou-se que, embora existam avanços normativos, a efetivação desses direitos enfrenta obstáculos significativos, como a falta de políticas públicas eficazes, a dificuldade na aplicação da LGPD e desigualdades sociais persistentes. Conclui-se que é necessária uma abordagem integrada e interdisciplinar para enfrentar esses desafios e garantir um futuro sustentável e justo.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais: elementos da formação da nova disciplina jurídica. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. p. 112-115.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 58-61.

LEITE, José Rubens Morato. Direito ambiental: doutrina, jurisprudência e prática. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. p. 135-139.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. p. 24-27.